

A. I. N° - 088502.0046/09-0
AUTUADO - PETRÓLEO DO VALLE LTDA.
AUTUANTES - ANTONIO ANIBAL BASTOS TINOCO e LAUDIONOR BRASIL PEDRAL SAMPAIO
ORIGEM - IFMT - DAT/SUL
INTERNET 19.03.2010

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0036-05/10

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. E ADICIONAL DO ICMS PARA O FUNDO DE POBREZA. ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO CARBURANTE (AEHC). FALTA DE PAGAMENTO Os comprovantes de recolhimento apresentados na peça defensiva dizem respeito a operação distinta da lançada pelos prepostos da Fazenda Estadual. Infração não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 03/06/09, no trânsito de mercadorias para exigir ICMS no valor de R\$ 4.570,86, acrescido da multa de 60%, em razão do sujeito passivo ter deixado de recolher o tributo referente à antecipação parcial e o adicional do ICMS para o fundo de pobreza, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte descredenciado.

Consta dos autos que o contribuinte adquiriu 34.654 litros de álcool etílico hidratado carburante – AEHC, através do DANFE de nº 004524, de 02/06/09, transportado pelo veículo de placas policiais GRN nº 4785 e BXE 4634, tendo sido abordado por prepostos da SEFAZ em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal, na BR 101, município de Teixeira de Freitas, neste Estado, às 20:20 horas, do dia 02/06/09, quando foi constatado que os recolhimentos dos DAEs de antecipação parcial de ICMS e do ICMS relativo ao Fundo de Pobreza, apresentados como comprovantes de pagamento e datados de 02/06/09, não constavam no sistema de consulta de arrecadação da SEFAZ, o que gerou a lavratura do Termo de Apreensão da carga e do competente Auto de Infração para salvaguardar o Erário Público. Consta ainda que o contribuinte efetuara o pagamento somente em 03/06/09, após iniciada a ação fiscal, contrariando o disposto na lei vigente e que além da cobrança do tributo, seria oportunamente lançada a multa formal, equivalente a duas vezes o valor consignado nos DAEs apresentados com o intuito de comprovar pagamentos efetivamente não realizados, aplicando-se o disposto no art. 42, inc. XXI, da Lei nº 7.014/96.

Em anexo ao Auto de Infração foi apensado o Boletim de Ocorrências Policiais, lavrado pelos prepostos da Polícia Rodoviária Federal com o depoimento do condutor das mercadorias.

Intimado do Auto de Infração, o contribuinte, através de seu patrono (procuração anexa, fl. 37), apresentou defesa, fazendo de início, uma breve síntese dos fatos narrados pelos autuantes na peça acusatória. Disse que a ação fiscal só tem início com a apreensão das mercadorias, livro ou documento, e que o termo lavrado pelos prepostos do fisco foi formalizado tão somente em 03/06/09, às 20:00 horas. Todavia o pagamento da Nota Fiscal nº 4523, objeto da ação fiscal, fora realizado no mesmo dia, no turno matutino. Anexou comprovantes de pagamento gerados no sistema bancário – docs. fls. 46 e 48.

Invocou a aplicação do art. 156 do CTN e do art. 122 do RPAF, atinentes à extinção do crédito tributário, em vista dos pagamentos ocorridos antes do início formal da ação fiscal, requerendo em seguida, o cancelamento da cobrança e o arquivamento do Auto de Infração.

Os autuantes prestaram informação fiscal (fls. 50/51), para afirmar que a prova do pagamento do tributo, efetuada em 03/06/09, demonstra que o contribuinte incorreu na infração que lhe foi imputada, posto que o fato gerador ICMS se dera no dia anterior (02/06/09), conforme foi documentado nos termos lavrados por ocasião da ação fiscal (Te Infração). Historiaram que o veículo, tivera a carga apreendida ap estadual e que o motorista, apresentara aos prepostos, DANFE recolhidos tempestivamente, contrariando o que determina a legisl

fraudar o erário. Disseram ainda que o autuado agira de forma dolosa, pois fizera uso de DAEs com autenticações falsas para validar a operação de transporte de álcool até seu estabelecimento e após ter sido flagrado em seu propósito, no dia imediatamente posterior, apresentou outros DAEs com pagamentos efetivados no dia 03/06/09.

VOTO

Nos termos do art. 125, inc. II, letra “F”, do RICMS/BA, a antecipação parcial será recolhida pelo próprio contribuinte, nas aquisições de álcool etílico hidratado carburante (AEHC) destinado à comercialização, por ocasião da entrada do produto no território deste Estado.

É ressalvado pela Portaria nº 114/04 a possibilidade do sujeito passivo recolher o tributo no dia 25 do mês subsequente à operação de aquisição, desde que devidamente credenciado, mediante prévia autorização do Inspetor Fazendário da circunscrição do contribuinte.

No caso em exame, a operação objeto da ação fiscal se encontrava acoberta pela NF-e (DANFE nº 4524), emitida pela Empresa DASA – Distribuidora de Álcool S. dos Aimorés S/A, envolvendo a remessa de 34.654 litros de álcool etílico hidratado carburante (álcool combustível).

O estabelecimento autuado, por sua vez, não se encontrava autorizado por regime concessório para dilação do prazo de recolhimento do tributo, razão pela qual o pagamento deveria ter sido realizado no momento da entrada dos produtos neste Estado.

Na ação fiscal, ocorrida em 02/06/09 e empreendida pela fiscalização do trânsito, no município de Teixeira de Freitas–Ba, foi constatado que os DAEs (documentos de arrecadação) apresentadas pelo condutor do veículo não se encontravam quitados junto ao sistema de arrecadação da Secretaria da Fazenda - Ba. Em decorrência, os prepostos fiscais, lavraram Termo de Apreensão e Auto de Infração, datados de 03/06/09 e registrados sob o nº 088502.00460/9-0.

O contribuinte, em sua defesa, requereu a extinção do PAF, ao argumento de que ICMS lançado pelo fisco já se encontrava recolhido, antes do início formal da ação fiscal, ocorrida com a lavratura do Termo de Apreensão, datado de 03/06/09, às 20:00 horas, informando ainda que o tributo havia sido recolhido no mesmo dia, porém no turno matutino. Anexou aos autos documentos de arrecadação e comprovantes de pagamento (docs. fls. 45 a 48).

Da análise dos documentos apensados na peça defensiva verifico que os mesmos não se prestam a elidir a exigência fiscal. Isto porque os comprovantes de pagamento e DAEs a eles vinculados dizem respeito a operação distinta da que foi objeto da ação fiscal e fazem referência à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) 4523, contemplando, portanto, recolhimento espontâneo do sujeito passivo, porém de operação diferente da que foi lançada no presente Auto de Infração, que faz referência à Nota Fiscal-Eletrônica nº 4524. Inexiste nos autos, portanto, prova documental que ateste que o ICMS exigido no Auto de Infração foi efetivamente recolhido pelo sujeito passivo.

Assim diante do acima exposto, meu voto é pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **088502.0046/09-0**, lavrado contra **PETRÓLEO DO VALLE LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.570,86**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de março de 2010.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE/RELATOR

PAULO DA